

file X

(ANC) P11

29 SET 1988

# O Congresso na berlinda

Luiz Orlando Carneiro

**P**romulgada a Constituição e esquecidas as solenidades da próxima quarta-feira, os 559 constituintes perdem o poder soberano que encarnaram durante 18 meses e voltam a integrar, apenas, um dos Poderes da República — o Legislativo — na qualidade de deputados e senadores. Tendo sido o poder mais aquinhoado com novas prerrogativas e competências pela nova Carta, e considerando-se, ainda, seu dono e guardião, o Congresso Nacional terá pela frente um período muito difícil para melhorar sua reputação em termos de instituição confiável.



A Constituinte criou na opinião pública enormes expectativas, sobretudo na área social. Pela reversão ou não dessas expectativas o Legislativo tende a ser muito mais responsável ou culpado do que o Executivo e o Judiciário. Passada a euforia do fim da Constituinte, os parlamentares começam a "cair na real", ao rever as novas responsabilidades que assumiram, sejam elas transitórias ou permanentes. Não é à toa que o deputado Euclides Scalco (PSDB-PR), em entrevista, anteontem, em Brasília, não escondia o seu temor de que o Congresso possa vir a ser uma das primeiras vítimas de um mandado de injunção.

Antes de tratar para valer de cumprir o que aprovou, dedicando-se às leis complementares e ordinárias que tornarão realmente aplicáveis muitos dos mandamentos constitucionais, o Congresso terá de arrumar a própria casa. Principalmente a Câmara dos Deputados. A campanha eleitoral a se estender até o dia 15 de novembro não deverá ajudar a adaptação do Regimento da Câmara à nova Carta, trabalho tido como prioritário por todos os partidos.

O atual Regimento foi calcado em cima dos textos constitucionais de 1967/69, quando o Executivo mandava e desmandava. A discussão do novo Regimento, para deputados de atuação marcante na Câmara, não pode ser concluída em uma ou duas semanas. Há que regulamentar, entre outras questões relevantes, a competência que a nova Constituição dá

às comissões da Câmara de discutir e votar projetos de lei, "salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Casa".

Com Ulysses Guimarães na presidência da Constituinte e da Câmara, os respectivos regimentos vinham sendo interpretados de acordo com sua vontade, seu bom senso e sua autoridade incontestável. Assessores parlamentares acham que, a partir da próxima sessão legislativa a começar no dia 15 de fevereiro, sem uma personalidade forte como Ulysses Guimarães na presidência da Mesa, só um regimento muito rígido poderá ordenar e fazer render os trabalhos das comissões e do plenário.

A sucessão de Ulysses Guimarães — que passa a se dedicar de corpo e alma ao seu PMDB e, logo adiante, à campanha presidencial — será, ao que tudo indica, o primeiro sinal a ser dado pela Câmara de estar ou não sintonizada com as novas e grandes responsabilidades que assumiu. Os candidatos até agora lançados não estariam à altura do momento inédito que a Casa começa a viver.

Pelo que se ouve no Palácio do Planalto, o presidente Sarney não procurará influir diretamente na eleição da nova Mesa da Câmara. Pelo menos, tem sido assim aconselhado. Os bons conselheiros estão lhe dizendo que quem vai agora para a berlinda é o Congresso, que não terá de se preocupar apenas com a elaboração de leis destinadas a regulamentar vários princípios que a Constituição consagrou (só no capítulo dos direitos sociais há 12 dispositivos à espera de regulamentação).

Da mesma forma que o Executivo tem prazos a cumprir, sobretudo nas disposições transitórias, os constituintes deram aos parlamentares, isto é, a si próprios, prazos cujo não-cumprimento seria um tanto desmoralizante. O Congresso tem, por exemplo, quatro meses (até 5 de fevereiro) para aprovar um Código de Defesa do Consumidor, e seis meses (até 5 de abril) para começar a apreciar os projetos de lei que vão fazer funcionar a nova previdência social (organização da seguridade social, planos de custeio e de benefícios).

Com novo regimento para aprovar, nova mesa para eleger, um final de sessão legislativa prejudicada pelas eleições municipais, com a sucessão presidencial rompendo o Ano-Novo, o Legislativo terá mesmo de se desdobrar para não frustrar as expectativas que criou.

Luiz Orlando Carneiro é diretor regional do JORNAL DO BRASIL em Brasília